

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.055 - RS (2018/0328203-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **ALCIDES PACHECO DOS SANTOS**
EMBARGANTE : **CECILIA MARIA STURMER SOST**
EMBARGANTE : **CIRO SCHOSSLER**
EMBARGANTE : **EDEL MARIA NEULS**
EMBARGANTE : **FLAVIO DIEHL**
EMBARGANTE : **HEDI SCHMEIER**
EMBARGANTE : **HELIO FERNANDES GIL**
EMBARGANTE : **JOSÉ CARLOS DALLAZEN**
EMBARGANTE : **MILDON SCHWARZBOLD**
EMBARGANTE : **NADI THEREZINHA RECKZIEGEL**
EMBARGANTE : **NELSON VETTORAZZI**
EMBARGANTE : **NILVA ROSSET FASSINA**
EMBARGANTE : **OZILIA CORO BEDINOTO**
EMBARGANTE : **SELITA IRENA MULLER JOHANN**
ADVOGADOS : **MOACIR LEOPOLDO HAESER - RS045143**
: **AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958**
: **JOAO PEDRO WEIDE - RS057079**
EMBARGADO : **OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **PAULA MALTZ NAHON - RS051657**
: **GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046**
: **CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325**
: **JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA - RS081775**
: **DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Alcides Pacheco dos Santos e outros à decisão monocrática proferida por este signatário, a qual negou provimento ao recurso especial, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 828):

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. 1. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 2. CÁLCULOS DA COTAÇÃO DAS AÇÕES. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA

Superior Tribunal de Justiça

FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. 3. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

Nas razões recursais, os recorrentes alegam omissão quanto à data do efetivo trânsito em julgado que ocorreu em 24/11/2006, bem como a impossibilidade de discussão do critério de cálculo utilizado na cotação das ações.

Sem impugnação (e-STJ, fl. 843).

Pleiteiam o acolhimento dos embargos de declaração.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, os embargos de declaração se revestem de índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - EXECUÇÃO TRABALHISTA - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL - PRECEDENTES DO STJ.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022, do CPC/15 (art. 535, CPC/73), são inviáveis quando inexistente obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decidida.

[...] 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos EDcl no AgRg no CC 122675/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, Segunda Seção, julgado em 14/06/2017, DJe 22/06/2017)

Do reexame da deliberação unipessoal, constata-se o expresse enfrentamento da questão suscitada no recurso especial, notadamente em relação à preclusão e às cotações utilizadas para o cálculo das ações.

Superior Tribunal de Justiça

A decisão foi assim fundamentada (e-STJ, fls. 828-831):

Registra-se que o acórdão recorrido expressamente enfrentou todas as questões suscitadas pelas recorrentes, notadamente quanto aos cálculos de cotação das ações, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

O Tribunal estadual, quanto à matéria, deixou assente que (e-STJ, fls. 663-666):

A agravante alega que nos cálculos de fls. 923/942, homologados pelo juízo, foram alteradas as cotações utilizadas, em relação aos anteriores cálculos apresentados pela contadoria às fls.798/824, violando, desta forma, a preclusão.

Pois bem, consoante se verifica nos autos, não há, no título exequendo, determinação quanto à cotação das ações a ser utilizada para o cálculo do valor indenizatório.

Assim, conforme entendimento desta Câmara, para a conversão em dinheiro da obrigação de subscrição das ações, nos casos em que omissa o título, deve ser utilizado o valor do fechamento da cotação das ações na Bolsa de Valores na data do trânsito em julgado do título, adotado como índice de correção monetária o IGP-M, acrescido de juros legais de 1% ao mês.

(...)

Sendo assim, a cotação a ser aplicada em relação às ações é a alcançada pelas ações na data do trânsito em julgado.

Desse modo, sem razão a agravante ao defender como correta as cotações utilizadas nos cálculos de fls. 798/834, pois não correspondem a data do trânsito em julgado da ação, que ocorreria em 07/12/2006 (fl. 479). Ou seja, os cálculos de fls. 923/942 estão corretos, pois utilizam as cotações da data do trânsito em julgado da ação de conhecimento, 07/12/2006.

Ademais, nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal quanto à possibilidade de constrição de valores, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra impossível ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Desse modo, não se verifica o aludido vício, mas apenas a pretensão de rejuízo da causa em razão do seu inconformismo com o resultado, tornando inviável o acolhimento dos aclaratórios.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 13 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

